

Destaques

30/10	Emprego	Eurostat divulgou Estatísticas do Emprego na UE27 – Setembro 2009
29/10	Economia	INE divulgou Inquérito de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – Outubro 2009
29/10	Economia	INE divulgou Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – Setembro 2009
21/09	Economia	Banco de Portugal divulgou Boletim Estatístico – Setembro 2009
13/10	Preços	INE divulgou Índice de Preços no Consumidor – Setembro 2009
09/10	Saúde	DREM divulgou Estatísticas da Saúde –2007
07/10	Economia	Eurostat divulgou Segundas Estimativas do PIB da UE27 – 2.º trimestre 2009
03/10	Economia	FMI divulgou World Economic Outlook – Outubro 2009
01/10	Economia	BCE divulgou Boletim Mensal – Outubro 2009

Relatório de Desenvolvimento Humano – 2009

A Organização das Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou recentemente o **Relatório de Desenvolvimento Humano para 2009**. O documento em questão pretende medir, de forma fidedigna e padronizada, o nível de desenvolvimento humano de diversos países, considerando para o efeito um indicador composto que agrega três grandes dimensões do desenvolvimento humano: a qualidade de vida, medida pela esperança de vida à nascença; os níveis de conhecimento e educação, medidos pela alfabetização de adultos e pela escolarização bruta combinada nos níveis de ensino primário, secundário e superior e a dimensão relativa aos níveis de rendimento, recorrendo para tal ao cálculo do PIB per capita em paridade de poder de compra. A combinação dos indicadores seleccionados para o estudo permitiu a construção do **Índice de**

Desenvolvimento Humano (IDH), cujo valor permite comparar a situação de 183 países neste domínio com referência ao ano de 2007.

Embora o conceito de desenvolvimento humano tenha uma dimensão mais lata do que aquela que um único índice possa medir, qualquer que este seja, o IDH representa uma alternativa poderosa ao PIB *per capita* enquanto medida sumária do bem-estar humano e, pela combinação do vasto leque de indicadores que incorpora, constitui um indicador de maior abrangência e fiabilidade para a aferição da qualidade de vida.

Efectivamente, o carácter normalizado do indicador permite acompanhar o progresso dos países em matéria de desenvolvimento humano ao longo do tempo e proporciona um nível de conhecimento da realidade interna relativamente ampla, não só pela extensa bateria de indicadores tratados, mas também pelo recurso à comparação que o ranking de desenvolvimento humano possibilita. Para além da actualização anual do IDH, os relatórios abordam temas relevantes para o desenvolvimento humano, com o intuito de lançar o debate, identificar as falhas e sugerir soluções.

O presente relatório focaliza a análise na problemática da **mobilidade**, explorando em particular as questões relacionadas com a imposição de barreiras à migração assim como os efeitos que lhe estão associados, e expõe os aspectos positivos para o desenvolvimento humano subjacentes à adopção de políticas de mobilidade apropriadas. Apresenta ainda as principais motivações para a migração, evidencia – através do *benchmarking* – possíveis medidas para eliminação das barreiras à mobilidade e tece recomendações de futuro no sentido de melhorar a gestão política da mobilidade.

A perspectiva que constitui tipicamente o ponto de partida de todas as discussões sobre migração é a convicção de que os fluxos se deslocam de forma particularmente intensiva a partir dos países em desenvolvimento em direcção aos países ricos da Europa, da América do Norte e da Ásia Austral. Contudo, informação relativa à mobilidade mundial revela que a grande maioria dos fluxos migratórios não se processa entre países. A esmagadora maioria das pessoas que se desloca fá-lo dentro do seu próprio país. De acordo com as estimativas do estudo, a migração interna representa um fluxo quatro vezes superior ao das deslocações internacionais e permite constatar que, destes, pouco mais de um terço se mudaram de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido. A informação referente ao fluxo internacional de pessoas permite concluir ainda que a maioria dos migrantes (cerca de 65%) deslocou-se entre países com o mesmo nível de desenvolvimento, isto é, entre países em desenvolvimento ou entre países desenvolvidos.

O Relatório reconhece dificuldades profundas na identificação clara das motivações associadas à mobilidade, dada a amplitude das causas susceptíveis de originar o fenómeno migratório, as quais dependem tanto de factores internos como externos ao indivíduo/grupo. Não obstante, as razões de ordem socioeconómica – busca de melhores condições de vida, designadamente maiores rendimentos,

acesso a cuidados de saúde de qualidade, maior escolarização e melhores perspectivas de futuro – e as motivações relacionadas com a segurança – conflitos e catástrofes naturais, por exemplo – constituem alguns dos principais fundamentos à decisão de deslocação.

O fenómeno migratório induz efeitos económicos e sociais relevantes, tanto nos países de origem como nos locais de destino. Do ponto de vista do país de origem, assinala-se as remessas como um dos principais impactos da mobilidade. Proporcionam maior poder de compra aos destinatários, impulsionam o consumo e induzem a criação de emprego, originando um dinamismo económico positivo. Em 2007, o volume de remessas oficialmente registadas para países em desenvolvimento era cerca de quatro vezes a dimensão de toda a ajuda pública ao desenvolvimento. Ao nível social, evidências demonstram que a mobilidade pode ter consequências profundas ao nível das hierarquias sociais, de classe e étnicas nas comunidades de origem, através das chamadas “remessas sociais”, materializadas na transmissão às comunidades de origem das ideias, das identidades e do capital social apreendidos no local de destino, cujos efeitos se fazem sentir na alteração do papel social de género e grupos, numa tendência de crescente equidade.

A análise do estudo relativamente ao impacto da migração nas comunidades e países de acolhimento contraria a intelecção de que os fluxos migratórios geram efeitos negativos, designadamente ao nível do mercado de trabalho e da massa salarial. Contudo, o Relatório constata não existirem quaisquer evidências de impactos significativamente adversos ao nível económico, de mercado de trabalho ou fiscal e salienta os benefícios em áreas como a diversidade social e a capacidade de inovação. Os receios acerca dos migrantes são, na opinião dos responsáveis pela presente edição do estudo, geralmente exagerados.

A dinâmica demográfica dos países desenvolvidos e as projecções de longo prazo vêm atribuir à mobilidade internacional uma relevância económica acrescida, enquanto factor equilibrador da força de trabalho e de produção de riqueza nos países mais avançados.

As actuais previsões demográficas apontam para que a população mundial cresça um terço nas próximas quatro décadas. Virtualmente, todo este crescimento dar-se-á nos países em desenvolvimento. Um em cada cinco países desenvolvidos – incluindo a Alemanha, o Japão, a República da Coreia e a Federação Russa – deverá perder população, enquanto que um em cada seis países – todos eles em desenvolvimento e à excepção de três, situados em África – deverão registar um aumento demográfico para mais do dobro nos próximos 40 anos.

Num cenário de ausência de fluxos migratórios, a população dos países desenvolvidos atingiria o seu pico em 2020 e diminuiria em 7% nas três décadas seguintes. A tendência que se evidenciou no meio século passado – a queda do número de pessoas a viver na Europa e o aumento em África – deverá, de acordo com o Relatório, provavelmente continuar.

Acresce que, analisada a dinâmica demográfica mundial e a constatação do progressivo envelhecimento demográfico, em particular nos países desenvolvidos, é expectável que a proporção de idosos aumente de forma assinalável nos países desenvolvidos, de tal forma que, em 2050, haverão 71 pessoas que não em idade laboral para cada 100 pessoas da população activa, uma parcela significativamente superior à de hoje. Refira-se que os referidos rácios de dependência aumentariam ainda mais depressa sem os níveis moderados de imigração que se incluem nestes cenários: se os países desenvolvidos se tornassem completamente fechados às novas imigrações, o rácio subiria para 78 em 2050.

A crescente abundância de trabalho nos países em desenvolvimento sugere que estamos a entrar num período em que uma maior migração em direcção aos países desenvolvidos beneficiará não só os migrantes e as suas famílias, mas será cada vez mais vantajosa para as populações dos países de destino.

No que concerne às barreiras a ultrapassar, o Relatório identifica a recusa e o adiamento da legalização da população deslocada como os principais entraves à mobilidade, induzindo permanências ilegais, por um lado, e potenciando conflitos sociais, ocasionados pelo tratamento diferenciado da população nativa e legalizada face aos que permanecem em situação irregular, por outro.

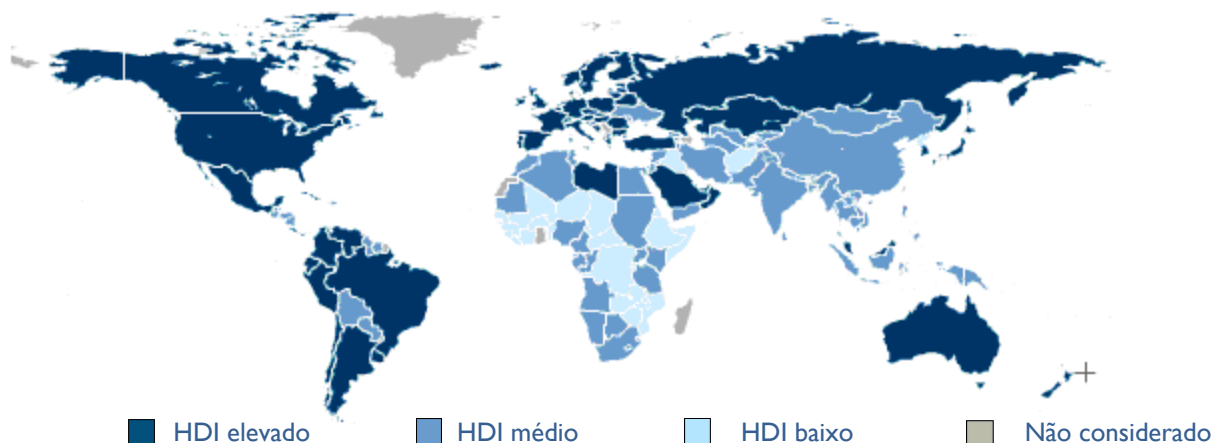
O estudo sugere um pacote de reformas assente em seis pilares, com o propósito de maximizar os impactos positivos da mobilidade no desenvolvimento humano, cujos retornos deverão ser claramente visíveis no médio e longo prazos, a saber:

1. Liberalização e simplificação dos canais regulares que permitam que as pessoas procurem trabalho no estrangeiro;
2. Garantia de direitos básicos aos migrantes;
3. Diminuição dos custos de transacção associados à migração;
4. Melhoria dos resultados para os migrantes e para as comunidades de destino;
5. Permissão dos benefícios da mobilidade interna;
6. Tratamento da mobilidade como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento nacionais.

Relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano propriamente dito, o valor atribuído a cada país classifica-o num de quatro grupos: países de desenvolvimento muito elevado (com IDH igual ou superior a 0,900); países de desenvolvimento humano elevado (com IDH entre 0,800 e 0,899); países de desenvolvimento humano médio (com IDH entre 0,500 e 0,799) e países de desenvolvimento humano baixo (com IDH inferior a 0,500). Tomando a informação relativa ao ano de 2007 como referência, 38 países tinham um desenvolvimento humano muito elevado (onde se incluem, entre outros, os países da UE15, Japão e os Estados Unidos), 45 países estavam incluídos no grupo de desenvolvimento humano elevado (entre os quais podemos encontrar 9 países da UE27, a Federação Russa, a Arábia Saudita e a Venezuela), 75 países detinham um IDH médio, entre os quais se destaca a China e a Índia, e os restantes

24 pertenciam aos países de baixo desenvolvimento humano (onde ainda podemos encontrar Timor Leste, Moçambique e Guiné Bissau). **Portugal** ocupava o 34.º lugar no ranking em termos de desenvolvimento humano, traduzido num índice de 0,909, numa lista liderada pela Noruega e pela Austrália (com um valor índice de 0,971 e 0,970, respectivamente), seguidas pela Islândia (0,969) e pelo Canadá (0,966). No extremo oposto da lista surge o Níger, que registou o pior desempenho em matéria de desenvolvimento humano, com um valor de 0,340, ocupando a 182.ª posição. Serra Leoa (0,365) e Afeganistão (0,352) são os países que antecedem o país com o desempenho menos favorável, os quais registam um IDH de nível manifestamente preocupante, quando se compara com a média mundial (0,753). O mapa seguinte ilustra as diferentes realidades em matéria de desenvolvimento humano nos países considerados.

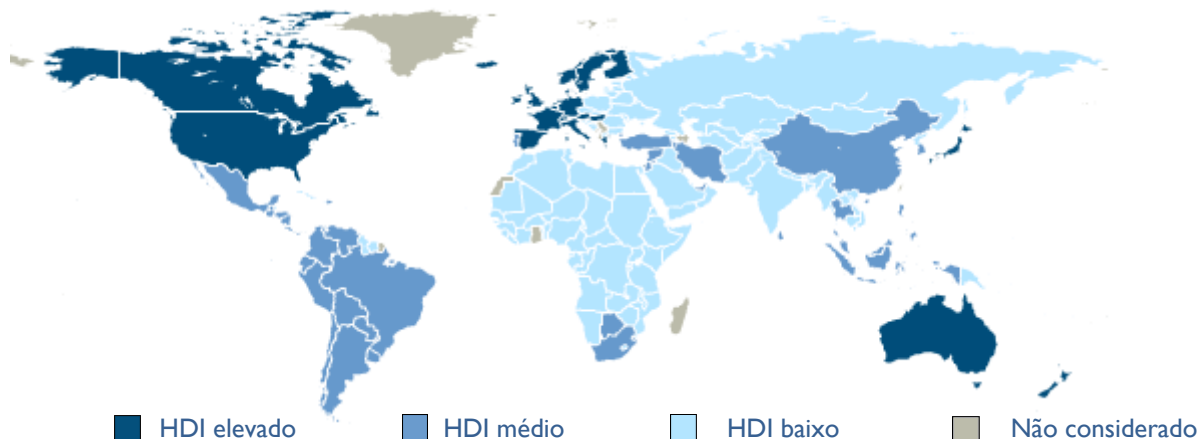
IDH em 2007



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

A apreciação da evolução do desenvolvimento humano ao nível mundial permite reconhecer avanços significativos, não obstante as divergências registadas. O panorama global do desenvolvimento humano era, em 1980, significativamente diferente do actual, conforme revela o mapa seguinte.

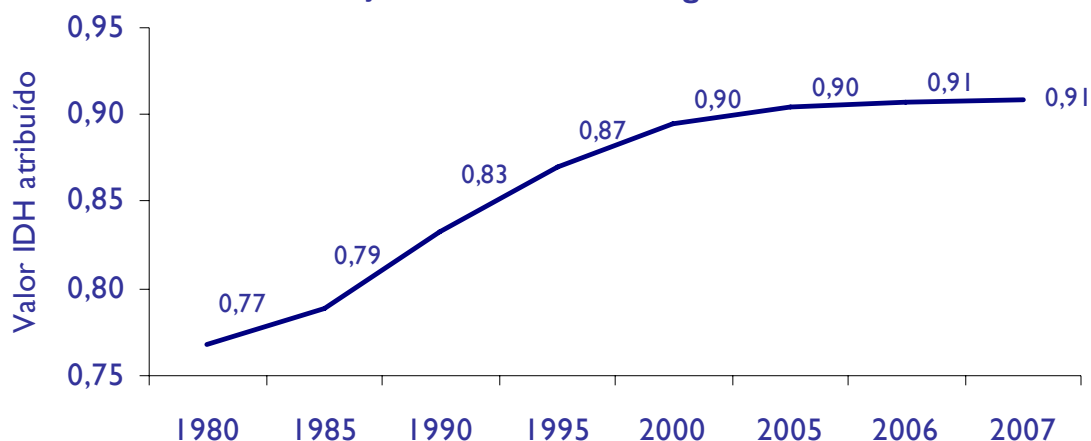
IDH em 1980



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

Relativamente ao caso português, a perspectiva cronológica evidencia uma progressão significativa em termos de desenvolvimento humano em Portugal, entre 1980 e 2005. Não obstante, o país atravessa um período marcado por uma certa estagnação, iniciado em 2000, que materializa a perda de posições face a Relatórios anteriores. Com efeito, à excepção da escalada registada entre 2000 e 2001, altura em que Portugal passou do 28.º para o 23.º lugar na lista dos países com maior desenvolvimento humano, tem-se assistido a uma descida gradual no ranking de IDH, com o país a registar a 26.ª melhor marca em 2002, voltando para a 28ª posição em 2004. Em 2005, Portugal quedou-se pelo 34.º lugar, posição que mantém na presente edição (2007).

Evolução do IDH em Portugal entre 1980 e 2007



Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2009

Este Boletim Informativo também pode ser consultado em: <http://www.idr.gov-madeira.pt/planeamento>

Sugestões e comentários: planeamento@idr.gov-madeira.pt

Fonte: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano 2009